

**HABEAS CORPUS Nº 567.872 - SP (2020/0072544-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : SAMUEL FERREIRA GERALDO  
**ADVOGADO** : SAMUEL FERREIRA GERALDO - SP371150  
**IMPETRADO** : JUIZ DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE PERUÍBE - SP  
**PACIENTE** : SAMUEL FERREIRA GERALDO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de SAMUEL FERREIRA GERALDO, no qual aponta como autoridades coatoras os Juízos da 1ª Vara Criminal da Comarca de Peruíbe/SP e da 2º Vara Criminal da Comarca de Peruíbe/SP.

Extraí-se dos autos que o paciente foi denunciado pela prática dos crimes de falsificação de documento particular e estelionato, tendo sido decretada sua prisão preventiva em ambas as ações penais (AP. n. 0002810-32.2013.8.26.0441, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Comarca de Peruíbe/SP; e AP n. 0005633-13.2012.8.26.0441 em trâmite na 2º Vara Criminal da Comarca de Peruíbe/SP). As custódias cautelares, ao que parece, estão sendo cumpridas em Sala de Estado-Maior.

Na presente impetração, sustenta que o paciente faz jus à prisão domiciliar, ante a atual pandemia pelo vírus Covid-19. Destaca o receio de contágio do paciente, que se encontra custodiado em Quartel Militar e tem contato diário com dezenas de Policiais Militares, o que aumenta o risco de contaminação. Invoca a aplicação da Recomendação n. 45/2020 do CNJ.

Assevera que o paciente já foi absolvido ou teve extinta a punibilidade em algumas das diversas ações penais existentes em seu desfavor.

Acrescenta que não há risco de fuga do paciente.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É o relatório.

Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no HC 567.546/SP, impetrado quase concomitantemente com o presente *mandamus*. A primeira impetração já foi analisado em decisão por mim proferida, e em ambos se apontam como

# Superior Tribunal de Justiça

autoridades coatoras Juízos de primeiro grau em ações penais diversas.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.*

*MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.*

*II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.*

*Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).*

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator